JORNAL DA
AdUFRJ

Nº 1090 • 5 de julho de 2019 • www.adufrj.org.br • TV ADUFRJ: youtube.com/adufrj

UNIVERSIDADE DO TEXAS



CENSO
Professores como Marcelo Paixão (foto) criticam mudanças na mais importante pesquisa demográfica do país
Página 7

COMISSÃO APROVA TEXTO-BASE DA PREVIDÊNCIA
Página 7





O MINISTRO QUE QUER CORTAR A UNIVERSIDADE E A NOVA REITORA QUE PROMETE RESISTIR AOS CORTES



PÁGINAS 3, 4 E 5

EDITORIAL

TRINCHEIRAS, TESOURAS E FARÓIS

DIRETORIA DA ADUFRJ

Um sopro de ar fresco correu a Universidade Federal do Rio de Janeiro nesta semana, quando tivemos a posse da nova Reitoria e seu subsequente Conselho Universitário inaugural. Após um processo democrático vibrante, com ampla participação de toda comunidade acadêmica, é reconfortante assistir à primeira reitora da UFRJ iniciar seu mandato no comando da maior universidade federal brasileira.Igualmente importante, todavia, é reconhecer que nem tudo – provavelmente quase nada – serão flores. Os gigantescos desafios estão aí, postos: uma instituição vasta e complexa, combalida por anos de viscosidade político-administrativa, agora está diante de um poder executivo absolutamente hostil ao atual modelo de universidade pública. Todos os avanços recentes relativos à expansão do ensino superior (cotas sociais e raciais, campi avançados, novas pós-graduações, etc) estão em risco, não raro rotulados como "ideológicos" pelo governo mais ideologicamente entrincheirado desde a redemocratização. Far-se-á necessária uma destreza excepcional para navegar essas águas turbulentas, e nossa unidade na diversidade será posta à prova como nunca dantes.

Concomitantemente a tudo isso, o Ministério da Educação trancava suas portas – com cadeado e tudo – para evitar encontrar professores representantes do Observatório do Conhecimento. É muito grave quando um ministério se recusa a sequer receber os seus, mas, infelizmente, não se pode dizer que seja algo surpreendente. A falta de diálogo com a categoria docente e os cortes draconianos são a marca da atual gestão do MEC, tornando então seu chefe, o ministro Abraham Weintraub, merecedor inconteste do troféu Tesoura, uma "homenagem" aos "contingenciamentos" que, se não revertidos, inviabilizarão o funcionamento de diversas instituições no segundo semestre

ARQUIVO ADUFRJ



desse ano. O belíssimo movimento do #15M mostrou que a população entende que a educação pública é seu patrimônio e que está disposta a lutar por ele. Nada mais importante nesse momento, então, que colocar a universidade na rua e mostrar para o povo as maravilhas que se faz lá.

Nesse embalo, chegamos ao Domingo na Quinta, o grande evento de divulgação de ciência organizado pela SBPC e fortemente apoiado pela AdUFRJ. Nesses dias conturbados, de permissividade (quando não estímulo) à violência e ataques à educação, é difícil por vezes sair do campo de batalha e voltar à nossa missão maior, mas o Domingo na Quinta nos brinda com essa oportunidade. Se somos trincheira e o governo é tesoura, que nos afirmemos como um farol, tão necessário nesse momento de questionamentos científicos e civilizatórios medievais. Esta é a tarefa que está posta diante dos professores e cientistas brasileiros.

IMAGEM DA SEMANA

REPRODUÇÃO DA INTERNET



MAIS UM DIA DE HORROR NA ESCOLA

■ Alunos da escola municipal de Manguinhos, na zona norte do Rio, se deitaram no chão para se proteger de um tiroteio nas redondezas, na manhã do último dia 4.

OBSERVATÓRIO DO CONHECIMENTO

ENEM SOB VIÉS IDEOLÓGICO DO MINISTRO

■ Segundo o ministro da Educação, Abraham Weintraub, "cabeças irão rolar" se questões do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), marcado para novembro, apresentarem viés ideológico. E que já havia demitido uma pessoa por esta razão. De acordo com o Observatório do Conhecimento, iniciativa que congrega várias associações e sindicatos docentes em defesa do ensino superior público, a declaração é grave. "Ao dizer que não admite questões ideológicas, Weintraub interfere diretamente na autonomia do Inep, instituto que formula as questões da prova, e ameaça com perseguição política quem não concordar com os seus posicionamentos. Quem estaria sendo ideológico nesse caso?", questiona postagem divulgada dia 4.
Em seis meses, três diretores do Inep foram exonerados, o que chegou a colocar em risco a realização da prova que conta com mais de 5 milhões de brasileiros.

AGENDA



07/07
10H
DOMINGO COM CIÊNCIA NA QUINTA

08/07
10H
CERIMÔNIA DE TRANSMISSÃO DOS CARGOS DE REITORA E VICE-REITOR
Auditório do CT, bloco A, térreo

12/07
DIA NACIONAL DE LUTA CONTRA A REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Ministro Weintraub ganha troféu "Cortando o Futuro"

GABRIEL MURGA
Observatório do Conhecimento

Na manhã da última segunda-feira (1), uma comitiva de professores universitários foi ao MEC entregar o troféu "Cortando o Futuro 2019" ao Ministro da Educação, Abraham Weintraub, mas foi barrada na entrada do prédio. A segurança sequer permitiu que os docentes protocolassem o prêmio e o documento com a justificativa da premiação.

O troféu, uma escultura em forma de tesoura, foi idealizado pelo Observatório do Conhecimento – rede que reúne 14 sindicatos e associações de docentes de universidades públicas de diversos estados do país, entre elas a AdUFRJ.

"O MEC fechou suas portas com cadeado. Isso é muito simbólico. Não é possível que o MEC se sinta ameaçado por seus próprios professores", explicou a professora Ligia Bahia, vice-presidente da AdUFRJ e porta-voz do Observatório do Conhecimento. "Queremos a revogação dos cortes orçamentário dos institutos e universidades federais de ensino. Somos professores comprometidos com a educação de qualidade, viemos dialogar, mas fomos barrados em nosso próprio ministério", disse. "Essa gestão do MEC não demonstra qualquer apreço à universidade pública e ao futuro do país. Mais do que nunca, o ministro merece o troféu Cortando o Futuro", completou.

Na avaliação das entidades integrantes do Observatório, o troféu "Cortando o Futuro 2019" simboliza a trágica ironia de o Brasil ter um ministro da Educação que trabalha contra sua própria pasta, apoiando a redução dos investimentos e desprezando as conquistas sociais do setor nas últimas décadas.

No documento endereçado ao MEC, o Observatório afirma que os seis primeiros meses do governo Bolsonaro mostram que o ministério se empenhou em promover cortes de 30% no orçamento de custeio das universidades, além de propagar ameaças à autonomia universitária e difundir mentiras sobre a qualidade da ciência nacional.

Além das políticas desastrosas para a educação, o Observatório do Conhecimento ressalta que outras medidas como a Reforma da Previdência e a Emenda Constitucional do Teto de Gastos agravam a situação dos docentes, trabalhadores, pesquisadores e estudantes que formam a comunidade universitária.

"Não vamos desistir e entregaremos o troféu 'Cortando o Futuro' em uma oportunidade próxima, pública, na qual o ministro não poderá nos ignorar", declarou o professor Wagner Romão, presidente da Adunicamp (Unicamp), também representante do Observatório. "Reforçando o recado que tem sido dado por enormes manifestações nas ruas, como as que aconteceram nos dias 15 e 30 de maio em centenas de cidades brasileiras e nas pesquisas de opinião pública, vamos manter a pressão até que os cortes sejam revogados e as garantias de autonomia universitária sejam respeitadas".

ANDRÉ CALVINO/OBSERVATÓRIO DO CONHECIMENTO



PROTESTO BARRADO Professores foram proibidos de entrar no MEC para entregar troféu ao ministro

Ciência em estado de alerta

> Dez ex-ministros visitam a Coppe e assinam documento contra a atual política de C&T

ANA PAULA GRABOIS
anapaula@adufrj.org.br

COPPE



UNIDOS PELA CIÊNCIA Watanabe, Mercadante, Raupp, Amaral, Clelio Campolina, Leher e Pansera

A Coppe sediou o lançamento do manifesto "CT&I em Estado de Alerta", assinado por dez ex-ministros da Ciência, Tecnologia e Inovação, no dia 1º de julho. "Se não salvarmos o ensino, a pesquisa, o investimento em ciência e em tecnologia, este país estará definitivamente condenado ao atraso. Estamos ameaçados de perder a revolução tecnológica", disse Roberto Amaral, titular da pasta entre 2003 e 2004.

Além de Amaral, subscrevem o documento contra a atual política do governo Jair Bolsonaro os ex-ministros Aloizio Mercadante, Celso Pansera, Clélio Campolina, Marco Antonio Raupp, Aldo Rebelo, José Goldenberg, Luiz Carlos Bresser-Pereira, Ronaldo Sardenberg e Sérgio Machado Rezende.

No manifesto, afirmam que os cortes de orçamento na área e na educação "poderão levar a um retrocesso sem paralelo na história da Ciência brasileira, área essencial e crítica, tanto ao desenvolvimento econômico e social quanto à soberania nacional". E em outro trecho: "Não podemos concordar com as recorrentes manifestações por parte de autoridades do governo que negam evidências científicas na definição de políticas públicas".

O ex-ministro Mercadante anunciou a criação do Fórum Estratégico de Acompanhamento de Ciência, Tecnologia e Inovação com os dez ex-titulares da pasta. O fórum será abrigado na Coppe de forma permanente em parceria com a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e com a Academia Brasileira de Ciências (ABC) para articular outras iniciativas em defesa da área. "Vamos continuar alertando sobre esse tema", completou.

Já Clélio Campolina ressaltou que enquanto o mundo vive uma corrida científica e tecnológica "sem precedentes", o Brasil está retrocedendo ao realizar cortes de orçamento e de investimento na educação e na ciência. Ele fez críticas às "visões míopes" sobre as Ciências Sociais e Humanas. "As Humanidades têm que discutir como fazer e o que fazer com a Ciência e a Tecnologia para um projeto de desenvolvimento mais inclusivo, com sustentabilidade ambiental e um compromisso com o futuro", disse, acrescentando que o manifesto não é partidário. "É uma luta de todo o conjunto da sociedade."

Marco Antonio Raupp lembrou que o ministério já contou com orçamentos que giravam em torno de R$ 7 bilhões a R$ 8 bilhões ao ano. "Hoje é de R$ 2,9 bilhões, um terço. Isso serve para destruir, a situação é grave."

O presidente da Academia Brasileira de Ciências (ABC), Luiz Davidovich, alertou para a fuga de cérebros das universidades diante da crise do setor. "O governo não tem uma agenda nacional de desenvolvimento", criticou.

Também estavam presentes ao lançamento do documento o vice-reitor da UFRJ, Carlos Frederico Leão Rocha; o então reitor da UFRJ, Roberto Leher; o diretor da Coppe, Edson Watanabe, e o diretor de relações institucionais da Coppe, Luiz Pinguelli Rosa, entre diversos cientistas.



ALESSANDRO COSTA

PRIMEIRA REITORA DA UFRJ:

“Somos muito mais que um simples déficit”

KELVIN MELO
kelvin@adufrj.org.br

No mesmo prédio, no mesmo dia, na mesma hora, duas delegações da UFRJ marcaram presença em Brasília, mas tiveram recepção diferente no MEC. Na manhã de 2 de julho, a professora Denise Pires de Carvalho foi empossada reitora - a primeira reitora em 100 anos de UFRJ.

Ao mesmo tempo, no térreo do edifício, representantes de diversas associações docentes, entre elas a AdUFRJ, tentavam entregar o troféu “Cortando o Futuro” para o ministro Abraham Weintraub, por seu empenho em dilacerar o orçamento do ensino superior - só na UFRJ, os cortes chegam a R$ 114 milhões.

Ao final da posse, enquanto o MEC trancava com cadeado a porta do ministério e se empenhava de forma grosseira para impedir a entrada dos docentes, a nova reitora explicava - com elegância - que a restrição orçamentária é dramática. “Não temos como pagar as contas até o final do ano, mas vamos resistir”, disse.

O mesmo tom marcou a primeira atividade pública da nova administração: o Consuni da última quinta-feira. Ali, diante de professores, técnicos e estudantes, Denise não ignorou o peso das dificuldades orçamentárias, explicou que sem novos repasses do MEC, a UFRJ pode, a partir de setembro, ter atividades essenciais paralisadas, como segurança e limpeza, mas deixou claro que a marca da gestão é o otimismo. “Eu fui questionada inúmeras vezes pelos repórteres por que eu estava tão sorridente, mesmo sabendo que a universidade tinha um déficit de mais de R$ 170 milhões. Acho que a UFRJ é muito mais que isso”, disse. “Nós somos muito mais que um simples déficit. Muito mais do que simples números. Nós já produzimos muito e podemos muito mais. Por isso, o otimismo. Na adversidade, nós crescemos.”, completou.

No primeiro discurso dirigido aos conselheiros, Denise contou que haverá uma preocupação muito grande com o bem-estar de servidores e estudantes. “Por trás de um DRE, existe um ser humano; por trás de um Siape, existe um ser humano”. A assistência estudantil será uma das prioridades. “Não nos deixa nada tranquilos termos uma universidade com 250 vagas no alojamento estudantil. Há federais menores que as nossas com pelo menos quatro vezes mais vagas”.

A reitoria pretende fortalecer o tripé ensino, pesquisa e extensão. “A UFRJ esteve na vanguarda de várias discussões. Aqui surgiram os primeiros cursos de graduação do país. Aqui surgiram os primeiros cursos que integram a graduação com a pós”.

Por fim, a professora informou que pretende continuar lecionando na graduação. “Mesmo reitora, faço questão de manter. O Fred disse que não vou conseguir. Daqui a quatro anos, a gente conversa”, brincou com o vice-reitor, professor Carlos Frederico.

DIMINUIR EVASÃO E RETENÇÃO

Os planos da administração serão detalhados ao Consuni em apresentações feitas pelos pró-reitores, que foram aprovados por unanimidade no último dia 4 (confira a equipe na página ao lado). A graduação, sob responsabilidade da professora Gisele Viana Pires, foi a primeira da série.

Ao longo da campanha para a reitoria, diminuir as taxas de evasão (30% em 2018) e retenção dos cursos e, por consequência, aumentar o número de concluintes da UFRJ, sempre foi considerado o principal objetivo da gestão. “Temos o dever de elevar a graduação da UFRJ aos mais elevados patamares da educação superior deste país. Porque somos, dentre as federais, talvez a nota de corte mais elevada para ingresso, através do Enem/SiSU”, disse. “Temos a obrigação de graduar estes alunos que são, em teoria, os melhor alunos do ensino médio do país”.

ENTREVISTA | CARLOS FREDERICO LEÃO ROCHA, VICE-REITOR DA UFRJ

"NUNCA A UNIVERSIDADE FOI TÃO NECESSÁRIA"

O professor Carlos Frederico Leão Rocha tem uma resposta pronta aos que elogiam sua "coragem" em assumir a vice-reitoria da universidade em um momento tão difícil. "Acho que a UFRJ não precisa de coragem. Sou otimista. A universidade tem um potencial muito grande e nós estamos tendo uma oportunidade", diz. "Obviamente, este ano será muito duro. Os cortes serão radicais. Teremos muita coisa para fazer. Mas a UFRJ tem ativos patrimoniais e de conhecimento que nos permitem encarar e superar os desafios", completa.

Os desafios são vários. Desde uma infiltração no teto de seu gabinete até o orçamento da UFRJ reduzido e contingenciado em R$ 114 milhões. Ao Consuni do dia 4, o docente apresentou os princípios gerais e algumas medidas da gestão que se inicia. "Talvez nunca a universidade tenha sido tão necessária como é neste momento. Somos fundamentais à sociedade".

ALESSANDRO COSTA



PARTICIPAÇÃO E TRANSPARÊNCIA
"Nossa gestão conta com a participação de todos e nós entendemos que os colegiados superiores devem ser nossos guias neste processo. Tentaremos o máximo de transparência".

INTEGRAÇÃO ENTRE PRÓ-REITORIAS
Em valorização do tripé ensino, pesquisa e extensão, haverá integração completa das pró-reitorias. "As acadêmicas estarão sempre de mãos dadas e as pró-reitorias administrativas estarão integradas em apoio àquelas".

AVALIAÇÃO
"É importante a universidade se avaliar. É importante ter uma boa auditoria. Entendemos que a Comissão Própria de Avaliação tem total prioridade na nossa gestão". Serão montadas estruturas internas à reitoria para apoio da avaliação. Haverá indicadores de desempenho para todas as atividades.

PLANEJAMENTO
Será criada uma superintendência de Planejamento na Pró-reitoria de Planejamento e Finanças (PR-3). A ideia é atualizar o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) até o final do ano. "E retomaremos o comitê técnico do Plano Diretor, com o objetivo de ter uma Cidade Universitária inteligente e livre de carbono".

> A comunicação tem que ser capaz de fornecer uma imagem positiva, mas também real desta universidade.

INOVAÇÃO
Será remodelado o sistema de inovação interno. Primeiro, aprovando uma política de inovação; segundo, reestruturando e criando novas instituições dentro da universidade. A Agência de Inovação vai para uma estrutura que abarcará o Parque Tecnológico, a incubadora de empresas e, possivelmente, uma aceleradora de *start-ups*. "Pretendemos fazer esta reestruturação até o final de ano".

COMUNICAÇÃO
"Está relacionada ao princípio da transparência e à satisfação que devemos dar à sociedade". A comunicação tem que ser capaz de fornecer uma imagem positiva, mas também real desta universidade. "É impressionante como a imagem que se tem do que ocorre aqui dentro é completamente equivocada". Toda esta área da administração central será submetida à Coordenadoria de Comunicação, incluindo assessoria de imprensa.

CORTES
Com um orçamento já curto e contingenciado, a administração central estuda como reduzir gastos. Haverá cortes nos celulares corporativos, por exemplo. No Consuni de 11 de julho, haverá a apresentação mais detalhada da área de finanças da universidade.

FÓRUM DE CIÊNCIA E CULTURA
"Vamos fortalecer a área da Ciência dentro do Fórum. O Fórum vai apresentar a universidade para a sociedade e buscar interação".

REGIMENTOS
A reitoria quer aprovar até o fim do ano os regimentos dos campi de Macaé e de Xerém.

CONHEÇA A NOVA EQUIPE



Carlos Frederico Leão Rocha
Vice-reitor. É professor Titular. Dirigiu o Instituto de Economia entre 2011 e 2015. Foi vice-presidente da AdUFRJ de 2015 a 2017.



Gisele Viana Pires
Pró-reitora de Graduação. É professora Associada da Medicina. Ocupou a mesma pró-reitoria na gestão do ex-reitor Levi.



Denise Freire
Pró-reitora de Pós-Graduação e Pesquisa. É professora Titular do Instituto de Química. Coordena o Laboratório de Biotecnologia Microbiana.



Eduardo Raupp
Pró-reitor de Finanças. É professor do Coppead. Foi Pró-reitor de Finanças da UnB. Era diretor da AdUFRJ na atual gestão.



Luzia Araújo
Pró-reitora de Pessoal. É enfermeira e servidora técnica da UFRJ. Atua no setor de pessoal do Hospital Clementino Fraga Filho.



Ivana Bentes
Pró-reitora de Extensão É professora Titular e diretora da Escola de Comunicação. Foi secretária de Cidadania do Ministério da Cultura.



André Esteves
Pró-reitor de Gestão e Governança. É servidor técnico da UFRJ. Foi pró-reitor da mesma área na gestão do ex-reitor Roberto Leher.



Roberto Vieira
Pró-reitor de Políticas Estudantis É servidor técnico. Foi superintendente de Acesso e Registro da PR-1 nas gestões de Leher e de Levi.



Marcos Maldonado
Prefeito universitário. Servidor técnico. Foi superintendente do Fórum de Ciência e Cultura na gestão do ex-reitor Aloísio.



Fernando Sepúlveda
Coordenador da Auditoria. Especializado em auditoria, atua na Coppe desde 1999. Foi pró-reitor do IFRJ de 2011 a 2013.



FOTOS: FERNANDO SOUZA

PACOTE ANTICRIME integrantes da rede seguram faixa contra o PL 882/19, de Sérgio Moro. Denunciam a ineficácia do pacote para a redução do alto índice de homicídios no Brasil

Professores lançam rede de pesquisas sobre violência

ELISA MONTEIRO
elisamonteiro@adufrj.org.br

'Estamos aqui pela percepção de que este é um campo que precisa se articular mais, principalmente neste momento em que vemos a lógica do tiroteio em confronto se agravando". A declaração foi da professora Sílvia Ramos, da Universidade Cândido Mendes, durante o lançamento da Rede Fluminense de Pesquisas sobre Violência, Segurança Pública e Direitos Humanos, no dia 1º de julho, no salão nobre do IFCS. A proposta, segundo a docente, é de uma "rede horizontal" em que "um saiba o que o outro está pesquisando".

O evento ficou lotado com representantes de universidades e instituições não universitárias ligadas ao tema. Havia ONGs, movimentos sociais e integrantes do Ministério Público. Coordenador do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase) e liderança do Morro Santa Marta, Itamar Silva frisou que a tensão entre movimentos sociais e academia é histórica. Segundo ele, existem pesquisas muito interessantes. O problema é que os estudos não chegam imediatamente aos espaços de formulação das política públicas. Itamar elogiou a iniciativa da rede. "O fundamental é que o trabalho tenha incidência sobre a ação do Estado e nos territórios onde os enfrentamentos acontecem".

Pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia do IFCS, Michel Misse destacou que a rede pretende acelerar a cooperação entre diferentes núcleos e centros de pesquisas fluminenses que trabalham na área de segurança pública. "E, principalmente, dar respostas adequadas às medidas que vêm sendo anunciadas no plano estadual e federal que nos parecem completamente equivocadas e perigosas", completou.

Durante o encontro, especialistas reforçaram a ideia de política de segurança integrada à oferta de serviços públicos e cidadania. Além da necessidade de formação qualificada dos agentes de segurança. "O que gera segurança é rotina bem feita de policiamento", disse Jacqueline Muniz, do Departamento de Segurança Pública do Instituto de Estudos Comparados de Administração de Conflitos da Universidade Federal Fluminense. Outros, como o sociólogo Luiz Eduardo Soares, chamaram atenção para as péssimas condições de trabalho e organização dos profissionais de segurança.

A carta de lançamento da Rede faz referência ao Atlas da Violência de 2019. De acordo com o documento, com base nos dados de 2017, houve 65.602 vítimas de violência letal intencional no Brasil, das quais 75,5% eram negros. "As políticas de segurança no Brasil, e particularmente no Rio, são racistas. Elas geram mais violência, inclusive letalidade", destacou a pesquisadora Sílvia Ramos. "Claro que temas como milícia, crime organizado, encarceramento de adolescentes, operação policial; tudo isso é objeto dessa rede, mas a gente nunca vai perder de vista quem são as vítimas prioritárias: os jovens negros". Ao final do encontro, integrantes da rede estenderam faixa contra o pacote anticrime do governo. Consideram a proposta ineficaz para redução do alto índice de homicídios no país.



MICHEL MISSE: Rede pretende acelerar a cooperação entre diferentes núcleos e centros de pesquisas fluminenses da área de segurança

Diretora da Adufrj, Maria Paula Araujo compareceu ao evento. "Aqui está se constituindo um fórum muito importante em função da crise humanitária que a gente está vivendo no Rio de Janeiro", afirmou. "É importante pela reafirmação dos direitos humanos, do direito à preservação da integridade dos corpos das pessoas, principalmente das camadas mais pobres da população", completou.

NOTAS

CAI A MEDIDA PROVISÓRIA QUE DIFICULTAVA CONTRIBUIÇÕES DOS SINDICALIZADOS

Editada em 1º de março pelo presidente Jair Bolsonaro, a medida provisória que proibia os descontos das contribuições sindicais voluntárias na folha de pagamento caducou no início de julho. Sem apoio parlamentar, a MP 873 expirou após 120 dias. O desfecho é considerado uma vitória dos sindicatos. E também uma derrota para a cruzada do governo Bolsonaro contra as entidades de classe. O presidente, contudo, já anunciou projeto de lei de mesmo conteúdo que seguirá para o Congresso.

O texto da MP 873 tornava obrigatório o pagamento das mensalidades unicamente por meio de boleto bancário, aumentando gastos com a emissão e o envio dos papéis aos endereços dos filiados e dificultando o acesso aos repasses. Em 13 de março, a assessoria jurídica da Adufrj conseguiu liminar contra a MP na Justiça Federal do Rio. Mas outros sindicatos apresentaram dificuldades em preservar a arrecadação no período.

GOVERNO QUER IMPLANTAR PONTO ELETRÔNICO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM UM ANO

O Ministério da Economia anunciou, no dia 1º, que pretende implantar o sistema de ponto eletrônico na administração federal nos próximos 12 meses. Pelos cálculos do governo, cerca de 410 mil servidores públicos federais serão atingidos pela medida. Não serão afetados 146 mil professores das universidades federais e servidores com funções comissionadas de nível 4 ou acima, os chamados DAS. Mas os demais servidores, sim.

A coordenadora do Sintufrj, Gerly Micelli disse que a categoria está em alerta desde o governo Temer contra a medida. Ela defende que "a alternativa para proteger os servidores e melhorar o atendimento da universidade será por meio da reorganização do processo de trabalho por meio de turnos contínuos (de seis horas)".

O registro eletrônico obrigatório começou a ser aplicado para trabalhadores da AGU, Ancine e Universidade Federal de Tocantins.

Censo: mudanças prejudicam políticas sociais

> Medida ainda vai afetar pesquisas acadêmicas e a distribuição de recursos de fundos constitucionais

ANA PAULA GRABOIS
anapaula@adufrj.org.br

O governo Bolsonaro decidiu retirar do questionário do Censo 2020 perguntas que constavam no censo anterior, de 2010. A medida deve prejudicar as pesquisas acadêmicas, a avaliação de políticas públicas e de programas sociais, as estimativas de população e a distribuição de fundos constitucionais, além de levar a distorções no cálculo de indicadores populacionais.

Foram retiradas as questões sobre emigração internacional e valor de aluguel, a discriminação da renda do não trabalho (aposentadoria, pensão, programas sociais como Bolsa Família, aluguéis e aplicações financeiras), as informações sobre se a rede ensino é privada ou púbica e as relativas a posse de bens como carro, moto, computador, celular, geladeira e TV. Só ficaram na parte de consumo a posse de máquina de lavar roupa e o acesso à internet. A questão sobre migração interna vai fazer parte apenas do questionário da amostra do Censo. Das 112 perguntas do questionário completo, foram cortadas 36.

A diretora do Sindicato dos funcionários do IBGE (ASSIBGE) Dione Oliveira, destaca que a exclusão das informações sobre emigração em todo o Censo e a manutenção da pergunta sobre migração interna apenas na amostra vai criar problemas graves à estimativa populacional. "A migração interna somente na amostra não capta bem o fluxo de pessoas que entram e saem e vai criar distorções nas estimativas de população, essenciais para fazer o cálculo da distribuição dos fundos constitucionais e de royalties de petróleo", afirmou.



Entre os fundos citados estão os de Participação dos Municípios (FPM) e dos Estados (FPE) e o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb). "Os cortes causam impactos irreversíveis. Serão 20 anos sem monitorar políticas públicas fundamentais à sociedade brasileira. Ou vamos monitorar de forma errada, o que é um desperdício de dinheiro público", disse.

Segundo Dione, a decisão de cortar perguntas ignorou a avaliação do corpo técnico do IBGE. A instância que define o questionário do Censo é o Comitê Técnico, mas, desde a posse da atual presidente do instituto, Susana Guerra, o comitê não se reuniu.

A ASSIBGE organizou o movimento "Em Defesa do Censo", que contou com adesão de diversos pesquisadores e intelectuais. Também tem participado de audiências públicas e recebeu apoio da Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP).

Na avaliação da professora Celia Kerstenetzky, do Instituto de Economia (IE) da UFRJ, a natureza das perguntas suprimidas corresponde a "uma demonstração de desprezo pela política social por parte da agenda econômica desse governo". Para ela, fragilizar o monitoramento de políticas sociais põe a redução da desigualdade em segundo plano.

Para Marcelo Paixão, professor da Universidade do Texas e licenciado do IE, os efeitos da retirada serão sentidos no curto, médio e longo prazos por interromper séries estatísticas. "É um ataque não somente às gerações atuais, mas às futuras", disse Paixão, para quem a justificativa de economia de gasto não se sustenta, conforme já apontou a ASSIBGE. "O governo Bolsonaro propõe a redução do questionário sob argumentos financeiros, mas a redução será ínfima", afirmou.

Paixão acrescenta que os itens que deixarão de ser mensurados são "fundamentais para a sociedade brasileira", como o déficit habitacional, os efeitos das políticas de transferência de renda para os mais pobres, a desigualdade de renda, a qualidade do ensino público e privado e as condições socioeconômicas das famílias de pessoas que migraram para o exterior. "Podem argumentar que tais variáveis podem ser encontradas em registros administrativos como o Cadastro Único, o banco de dados da Polícia Federal ou o Censo da Educação Básica. Isto não deixa de ser verdade, mas apenas parcialmente", argumenta o professor. "Os registros administrativos coletam dados da população que vive na formalidade e que acessa determinados serviços públicos. Se uma pessoa vive na informalidade, os dados não poderão ser coletados por estes registros", citando dados do mercado de trabalho, condições de moradia e migrações.

Já o professor do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (Ippur) da UFRJ Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro avalia que a retirada da informação sobre o valor de aluguel "vai trazer uma dificuldade imensa na mensuração do déficit habitacional". Além disso, a retirada sobre emigração internacional coloca o país na contramão do debate da questão migratória. "É um tema global e nós não estamos fora disso", completou.

Na sua análise do atual governo, existe uma inflexão conservadora e ultraliberal na qual a informação sobre a sociedade não importa. Só interessa aquilo que o mercado valoriza. "É uma concepção que não tem nenhum compromisso com o planejamento público e que só vê a necessidade de fazer cortes."

UNIVERSIDADE DO TEXAS



MARCELO PAIXÃO - Professor da Universidade do Texas e do IE/UFRJ

> O governo Bolsonaro propõe a redução do questionário sob argumentos financeiros, mas a redução de gastos será ínfima

AGÊNCIA CÂMARA



DIONE OLIVEIRA - Diretora do Sindicato dos Funcionários do IBGE

> Os cortes causam impactos irreversíveis. Serão 20 anos sem monitorar políticas públicas fundamentais à sociedade brasileira

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES



LUIZ CESAR DE QUEIROZ RIBEIRO
Professor do Ippur/UFRJ

> É uma concepção que não tem nenhum compromisso com o planejamento público e que só vê a necessidade de fazer cortes

COMISSÃO ESPECIAL APROVA TEXTO-BASE DA PREVIDÊNCIA

A Comissão especial da Câmara dos Deputados aprovou o texto-base da Reforma da Previdência, na noite da quinta-feira (4). O sistema de capitalização foi retirado, mas a proposta ainda mantém uma idade mínima para as aposentadorias e aumento do tempo de contribuição para homens e mulheres. Professores da educação básica, que tinham benefícios especiais, também são prejudicados.

As assessorias jurídicas da Adufrj e do Andes analisam o impacto da reforma para os docentes universitários. A advogada da seção sindical, Ana Luisa Palmisciano, cita entre as preocupações a mudança no sistema de pensão, com a redução do benefício de acordo com o número de dependentes. Para ela, o dispositivo pode afetar um número significativo de associados.

PRÓXIMOS PASSOS

Agora, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) segue para a votação em dois turnos no plenário da Câmara, sendo necessários pelo menos 308 votos entre os 513 deputados. Se aprovada, ela vai para o Senado para nova rodada de dois turnos.

MOBILIZAÇÃO

Para o presidente do Andes, Antonio Gonçalves Filho, contudo, tanto o Executivo quanto o Legislativo sinalizam em sentido inverso. "Rodrigo Maia aponta para as duas votações antes do recesso. E, no Senado, a tramitação é mais rápida", avaliou o dirigente. "A perspectiva é de perda de direitos e aumento de tempos de contribuição e idade mínima para homens e mulheres do todo o serviço público. Incluindo professores da rede básica e do ensino superior."

O dirigente reforçou a importância das mobilizações articuladas entre as entidades sindicais e estudantis. "Temos ato, em Brasília, em 12 de julho. E mobilização nas cidades, em todo Brasil, no dia 13 de agosto", disse. "Entendemos que essa reforma é tão perversa que não é possível melhorá-la com alterações. Ela precisa ser derrotada no conjunto do texto." **(Elisa Monteiro)**



FOTOS: ALESSANDRO COSTA

MADUREIRA
LUGAR DE UNIVERSIDADE

> Em busca de apoio contra os cortes e em defesa da Educação, UFRJ levou projetos de extensão a um dos maiores parques da cidade. Idealizada pelo DCE, iniciativa contou com apoio da AdUFRJ

SILVANA SÁ
silvana@adufrj.org.br

Bairro suburbano, consagrado como terra do samba, Madureira foi o cenário escolhido para receber a primeira edição do UFRJ na Rua, no dia 29 de junho. O evento, idealizado pelos estudantes e apoiado pela AdUFRJ, levou ao local projetos de extensão da universidade. "O bairro foi escolhido por ser uma região periférica e porque queremos levar a toda população a mensagem de que a UFRJ é uma instituição pública e que deve ser aberta a todas as pessoas", justificou a estudante Mariana Theodósio, diretora do DCE Mário Prata.

O Parque ficou cheio de barraquinhas da universidade. "Sempre trago minha filha aqui. Nunca tinha visto uma ação da UFRJ. Achei muito importante, até para ela conhecer um pouco a universidade. Quem sabe ela se torna aluna de lá um dia", disse Luciana Gomes, mãe da pequena Emily, de 9 anos.

Tatiana Sampaio, diretora da AdUFRJ, defendeu a necessidade de envolvimento de toda a comunidade acadêmica em atividades de rua. "É um momento muito difícil para a educação superior. Um momento em que existe essa falsa polarização entre educação básica e ensino superior. Então é hora de estarmos juntos da população, esclarecendo e buscando apoio para conseguirmos nos defender de tantos ataques", afirmou. "A educação básica de qualidade se faz também com apoio da universidade, que é quem forma os professores", completou.



SAMBA Professores encantam a plateia



ABAYOMI Crianças aprendem História e fazem a boneca da resistência negra

Uma turma de mestrado do Núcleo Interdisciplinar de Desenvolvimento Econômico e Social (Nides) apresentou um trabalho de conclusão do semestre: uma mostra cinematográfica com trechos de filmes sobre temáticas sociais. "É um privilégio estar aqui", emocionou-se o estudante de mestrado e servidor da UFRJ Henrique Oliveira. "Este movimento é fundamental para levar o que produzimos, dizer à sociedade que nosso trabalho é contribuir para melhorar a vida de todas as pessoas".

A professora Eleonora Ziller, da Faculdade de Letras, também comemorou a iniciativa: "É um movimento transformador da própria universidade. Nossos estudantes mudaram de perfil e nós também temos que acompanhar e mudar junto com eles", avaliou, em referência à escolha por Madureira para sediar o evento. "A universidade é crucial para a vida das pessoas e atividades como esta ajudam que a população entenda o nosso papel social".

Da Faculdade de Educação, o professor Herli Menezes elogiou o UFRJ na Rua: "Os estudantes, já dizia nosso reitor Horácio Macedo, são a força motriz da universidade. E eles estão de parabéns por terem protagonizado este evento". Por outro lado, Menezes cobrou mais participação dos docentes. "É fundamental que nossos colegas professores saiam dos seus laboratórios para somar forças em defesa da universidade, que vive um período muito delicado e de muitos ataques".



CRIANÇAS Curiosidade de pesquisador

Uma das tendas mais procuradas foi a do projeto do Núcleo de Extensão sobre Grafias e Heranças Africanas, o Negha. Os estudantes contaram histórias sobre os povos africanos e ensinaram crianças a criar uma Abayomi - boneca negra originada na travessia dos navios negreiros para o Brasil e que era usada para acalmar durante a viagem. "Com este projeto nós percorremos escolas municipais no período em que as crianças estão aprendendo sobre colonização", explica a estudante Gabrielle Brandão, da Geografia. "A intenção é que as crianças conheçam a cultura e saibam que houve muita resistência e produção naquele período".

A "Brigada Beth Carvalho", que reúne professores, alunos e ex-alunos da Escola de Música, tocou choro e samba. As atividades foram encerradas com apresentações de estudantes do curso de Dança, da Escola de Educação Física e Desportos.

AdUFRJ
JORNALDA**ADUFRJ** / **REDAÇÃO: COORDENAÇÃO:** ANA BEATRIZ MAGNO **CHEFIA DE REPORTAGEM:** KELVIN MELO **EDIÇÃO** ANA PAULA GRABOIS, KELVIN MELO E SILVANA SÁ
REPORTAGEM ANA PAULA GRABOIS, ELISA MONTEIRO, KELVIN MELO E SILVANA SÁ **DESIGN** ANDRÉ HIPPERTT **ESTAGIÁRIAS** GIULIA VENTURA E JULIA NOIA
TI EDUARDO VALDOSKI **DIRETOR RESPONSÁVEL PELA COMUNICAÇÃO** FELIPE ROSA